



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**ACTA Nº 23**

**Data da reunião ordinária pública: 28-11-2000**

**Início da reunião: 15:50 horas**

**Fim da reunião: 19:15 horas**

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

**Membros DE CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE que comparecem à reunião:**

**Presidente:** Fernando José Gomes Rodrigues

**Vereadores:**

Manuel Orlando Fernandes Alves

Nuno Alves Pereira

Albino de Moraes Fidalgo

António Maria Dias Cascais

Adelino Augusto dos Santos Bernardo

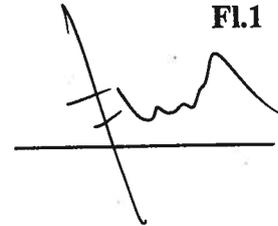
Luís Sanches Álvares Pereira

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** António Joaquim Gonçalves Dinis

**Cargo:** Chefe de Divisão Administrativa e Financeira





Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de dois mil, nesta vila de Montalegre, edifício dos Paços do Município e sala das sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, estando presentes todos os seus membros. Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, eram quinze horas e cinquenta minutos.

Secretariou António Joaquim Gonçalves Dinis, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira (DAF), designado para o efeito, por despacho de 18 de Outubro de mil novecentos e noventa e nove.

### Acta da Reunião Anterior

A acta da reunião anterior foi previamente distribuída com a ordem de trabalhos da presente reunião, considerando-se dispensada, desta maneira, a sua leitura.

### DELIBERAÇÃO:

Aprovada, por unanimidade, a acta.

### ORGÃOS DA AUTARQUIA EHATB,SA

Foi presente o ofício nº 2000/302 de 00/11/16 da EHATB,SA- Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tamega e Barroso SA, referente ao financiamento do "Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas" e de outros empreendimentos Hidroeléctricos e Eólicos localizados no Alto Tamega e Penhor das Acções detidas pela Câmara Municipal na Sociedade EHATB,SA.

### DELIBERAÇÃO:

Aprovado, por unanimidade, o seguinte:

1 - A penhora das acções detidas pela Câmara Municipal na Sociedade EHATB,SA, nos termos do ofício nº 2000/302 de 00/11/16.

2 - Submeter este assunto, nos termos da Lei, à Assembleia Municipal.

### 50º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre -

#### Atribuição de Medalha de Honra

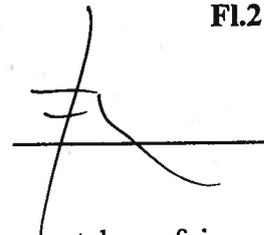
O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

"A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre foi fundada em 28 de dezembro de 1949.

Teve durante a sua vida momentos de maior e menor actividade.

Mas ao longo destes anos o sentido de serviço à comunidade esteve sempre presente nos seus dirigentes e colaboradores.

Nas últimas décadas, pelo trabalho que desenvolveu, a Associação ganhou dinamismo e granjeou simpatia em todo o concelho. A par da aquisição de



equipamentos e outros meios de trabalho, a Associação dotou-se de quartel que foi uma importante obra à altura para a vila de Montalegre.

O trabalho da direcção e de toda a corporação foi de tal forma valioso que esta instituição merece a estima e consideração de todos os Barrosões e é credora do maior respeito a nível interno e externo.

A sua plena integração na sociedade com o combate aos incêndios, a intervenção nos fogos florestais, o salvamento de náufragos, o transporte de doentes, o socorro a acidentados, a formação profissional, o seu papel na protecção da natureza, o apoio à prática do desporto ambiente e desportos radicais e outras inúmeras actividades, a colaboração às instituições locais fizeram dos Bombeiros uma das bandeiras que orgulha todos os Barrosões.

Pelo trabalho desenvolvido, pelo prestígio que os seus dirigentes transmitiram à Associação, pelo serviço à comunidade pela direcção, comandos e bombeiros, é reconhecido por todos o mérito desta grande instituição do Barroso.

Assim, a Câmara, reconhecendo o trabalho de 50 anos de vida, ao abrigo do regulamento de distinções honoríficas, propõe a atribuição da Medalha de Honra do Município."

#### **DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a proposta.

### **DAF- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **REPARTIÇÃO ADMINISTRATIVA**

##### **Expediente**

##### **Dec Lei nº 292/2000**

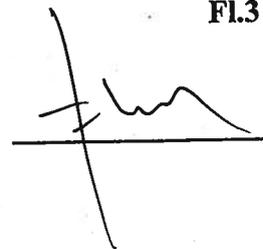
Dec-Lei nº 292/2000 - Aprova o regulamento geral do ruído.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

##### **Portaria nº1089/2000**

Portaria nº 1089/2000 - Fixa as tarifas para realização de inspecções periódicas e das reinspecções de veículos automóveis, reboques e semi-reboques, bem como pela realização das inspecções extraordinárias e das inspecções para atribuição de nova matrícula. Revoga a Portaria nº 1130/97, de 07 de Novembro.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

##### **Portaria nº1062-C/2000**

Portaria nº 1062-C/2000 - Estabelece os valores, por metro quadrado, do preço de construção nas diferentes zonas do País para o ano 2001.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.



### **Dec-Lei nº301/2000**

Dec-Lei nº302/2000 - Regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **Portaria nº1103/2000**

Portaria nº1103/2000 - Define os modelos e as condições de colocação das tabuletas e sinais a utilizar na delimitação de zonas de caça, campos de treino de caça, áreas de refúgio, áreas sujeitas ao direito à não caça, aparcamento de gado, bem como de outras áreas de protecção em que a eficácia da proibição do acto venatório depende de os terrenos em causa se encontrarem sinalizados.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **Registos Diversos** **Informação**

Foi apresentada a informação referente às decisões tomadas após a última reunião no âmbito do licenciamento e registos diversos.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **Escrituras e contratos**

Foi apresentada a informação relativa a escrituras e contratos celebradas após a última reunião.  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

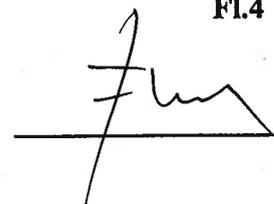
### **CASAS DO CASTELO**

Foi apresentado o processo, do qual consta requerimento onde se solicita que a venda seja averbada unicamente em nome de Rui Manuel Alves Madeira.

### **DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a venda do prédio urbano, situado em Montalegre e inscrito na Matriz sob o artigo 110, a RUI MANUEL ALVES MADEIRA, pela importância de dois milhões e cinquenta mil escudos (2.050.000\$00) e a celebração da escritura de justificação e venda no Notário Público em virtude de a Autarquia não possuir qualquer título de propriedade considerando-se rectificadora, desta forma, a deliberação tomada sobre o assunto na reunião de onze de Maio de mil novecentos e noventa e nove. Ficou ainda aprovado incluir este assunto na ordem do dia bem como a sua apreciação.

### **REPARTIÇÃO FINANCEIRA**



### Relação de Pagamentos Efectuados

Foi apresentada a relação dos pagamentos efectuados no período compreendido entre dez e vinte e três de Novembro do ano dois mil, na importância de Esc. 123.547.859\$00 (cento e vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove escudos).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### Alteração ao Plano e Orçamento

#### 4ª Alteração ao Orçamento e Plano de Actividades para 2000

##### Despacho ratificação

O Senhor Presidente apresentou os documentos e fez a justificação da necessidade e urgência em reforçar algumas verbas de rubricas deficientemente dotadas no Plano e Orçamento para se poder proceder a pagamentos.

O Plano de Actividades aponta para um reforço de Esc. 219.500.000\$00 (duzentos e dezanove milhões e quinhentos mil escudos).

O Orçamento equivale-se na receita e na despesa em 112.916.000\$00 (cento e doze milhões novecentos e dezasseis mil escudos).

Os documentos foram aprovados por despacho no uso da competência excepcional prevista no nº 3 do Artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e são apresentados para ratificação nos termos da mesma disposição legal.

##### DELIBERAÇÃO:

Aprovada, por maioria, a ratificação do despacho e dos documentos.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores António Cascais, Adelino Bernardo e Luís Pereira.

### ANO FINANCEIRO 2001

#### PLANO DE ACTIVIDADES E ORCAMENTO

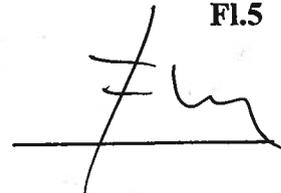
Foram apresentados os documentos em que o Plano de Actividades aponta para um valor de Esc. 4.862.530 contos (quatro milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta contos) e o Orçamento se equivale na receita e na despesa em Esc. 5.897.000 contos (cinco milhões oitocentos e noventa e sete mil contos).

O Senhor Presidente fez a apresentação do Plano e do Orçamento, referindo-se a todos os pontos, a todos os documentos e aos anexos.

##### RECURSO AO CRÉDITO

O Município de Montalegre tem feito um grande esforço financeiro para levar a cabo as suas políticas de desenvolvimento em todo o concelho.

As infra-estruturas, a par da promoção do concelho e dos seus produtos locais de qualidade, tiveram nos últimos tempos grande desenvolvimento.



Mas as nossas carências obrigam-nos a continuar ainda com maior determinação o ciclo de desenvolvimento e progresso que vive o concelho. Somos um concelho pobre e o salto qualitativo determina que sejam aproveitados ao máximo os Fundos Comunitários do III QCA.

Para que as pequenas mas numerosas obras por todo o concelho não sejam afectadas e para que a Autarquia possa ter o suporte financeiro para absorver os fundos comunitários para os grandes investimentos previstos para 2001, e dado as condições excepcionais de crédito às Autarquias para esses fim, solicito à Câmara e á Assembleia Municipal que autorize a contratação para investimento ou crédito à tesouraria, nos termos da Lei até ao limite de 375.000 contos durante o ano 2001.

Para isso fica a demonstração da capacidade de endividamento da Autarquia.

#### ANO DE 2001

Fundo Geral Municipal	- 1.149.020 contos
Fundo de Coesão Municipal	- 240.770 contos
Fundo de Base Municipal	- 178.602 contos
1.568.392 :12 = 130.699	

#### LIMITES

- a) Encargos até três duodécimos  $130.699 \times 3 = 392.098$  contos  
 b) 20% das despesas realizadas por investimentos no ano de 2000 até Novembro -  $1.343.098 \times 20\% = 268.620$ .

Encargos a satisfazer no ano de 2001 com empréstimos a Longo e Médio Prazo e Leasing.

Juros a capitalizar na conta dos encargos	48.983
Amortizações	24.000
Leasing	<u>51.000</u>
TOTAL DE ENCARGOS	123.983

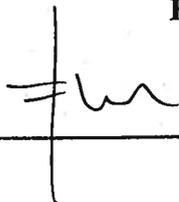
Neste momento a Câmara apenas comprometeu 32% das suas possibilidades de endividamento  $123.983 : 392.098 = 32\%$ .

A Câmara tem encargos com a dívida, por ano, 123.983 contos e pode, legalmente, assumir encargos até ao máximo de uma das alíneas a) ou b). Isto é, pode assumir encargos até 392.098 contos por ano.

#### AUMENTO DAS LICENCAS, TAXAS E TARIFAS

A previsão para arrecadação da receita baseia-se na cobrança do ano anterior, em novas cobranças e no aumento de 3,5% de todas as licenças taxas e tarifas.

Assim, solicita-se à Câmara e à Assembleia Municipal a aprovação do aumento de 3,5% a arredondar para os 5\$00 do valor superior, a partir de 01 de Janeiro de 2001, para todas as licenças, taxas e tarifas em vigor na Câmara Municipal de Montalegre.

  
A horizontal line is drawn below the signature.

### **TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS**

Solicita-se que, de acordo com as delegações de competências aprovadas para o mandato, se autorizem as transferências para as freguesias das verbas correspondentes às obras ou iniciativas que concretamente sejam delegadas pela Câmara e se venham a realizar pelas Juntas no ano 2001.

### **OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA**

A Câmara Municipal dispõe de equipamento e pessoal, em qualidade e quantidade, sendo esta política uma forma segura de criar emprego na região.

Para rentabilizar estes recursos, sem prejuízo da concorrência privada e do necessário estímulo ao aparecimento de empresas locais direccionadas para as mais variadas áreas de intervenção municipal, deve a Câmara Municipal realizar obras para além da simples manutenção.

Assim, e de acordo com o exposto no nº 2 do Artigo 18 do Dec-Lei nº197/99 de 08 de Junho, proponho que seja concedida autorização para realização das seguintes obras por administração directa, no ano 2001, pelos valores constantes no plano, incluindo possíveis alterações ou reforços.

Pista Automóvel

Abastecimento de Água à Borralha

Saneamento e Abastecimento de Água a Solveira

Saneamento e Abastecimento de Água a Cambezes

Saneamento e Abastecimento de Água a Aldeia Nova

Aruamentos de Montalegre

Estrada Covelães / Pitões / Tourém

Caminho Rural Vila da Ponte / Bustelo.

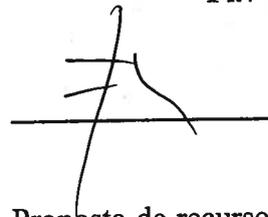
### **SERVICIOS SOCIO CULTURAIS**

Foi igualmente apresentada a proposta com a verbas devidamente discriminadas pelas diversas rubricas e acções a desenvolver no ano 2001, bem como subsídios a atribuir pelos Serviços Sócio Culturais.

### **DELIBERAÇÃO:**

Aprovado, por maioria, o seguinte:

- 1- O Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2001
- 2- A proposta de recurso ao crédito
- 3- A Proposta de aumento de Licenças, Taxas e Tarifas
- 4- A Proposta de transferência para as freguesias
- 5- A Proposta de execução de obras por Administração Directa
- 6- As acções a desenvolver em 2001 pelos serviços Culturais, bem como a transferência de verbas
- 7- Remeter nos termos da Lei à Assembleia Municipal para aprovação.



Os Senhores Vereadores do PSD votaram contra nas propostas "A Proposta de recurso ao Crédito" e "A Proposta de execução de Obras por Administração Directa" e abstiveram-se nas propostas restantes, com a seguinte declaração de voto:

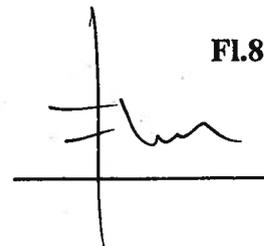
"Como vem sendo hábito na gestão do actual Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez o **Orçamento e Plano de Actividades** para o ano 2001 aparece extraordinariamente empolado em termos de receita e despesa. Muito gostaríamos nós que o Sr. Presidente conseguisse o cumprimento das realizações propostas em percentagens de 70 ou 80%, pois Montalegre iria ter uma completa e positiva modificação. Mas infelizmente para todos nós, tudo não irá passar de utilizar a estratégia da demagogia em benefício da maquiavélica arte de manutenção do poder. É que "prometer também é favor", diz o Povo!...

Passemos então a enumerar as incongruências do Plano e Orçamento, porventura congeminado em momentos de um sonho tão apaixonadamente vivido, quão desavergonhadamente justificada será a realidade da Conta de Gerência de 2001, imputando as responsabilidades ao poder Central por não ter mandado o dinheiro que hoje se promete.

Em termos de receitas correntes, já se sabe que o Sector Público Administrativo (ex FEF) vai dotar o Município com cerca de 954.000 contos. Todos sabemos que as receitas próprias deste concelho deverão rondar os 550.000 contos, com muito boa vontade e se tomarmos certas as previsões do Sr. Presidente em determinadas rubricas. Pois não é que o Orçamento manda as receitas para 1.765.285 contos!... O termo da relação disponível é a conta de gerência de 1999, que apresentou nesta rubrica o valor de 1.075.364 contos. Que dados possui o Sr. Presidente para prever um aumento de 64% num lapso de 2 anos? Outros dados que suscitam a nossa curiosidade são os montantes imputados à derrama, pois de um valor de 20.693 contos em 1999 passa o Orçamento de 2001 para uma verba de 150.000 contos, o mesmo se passando com as receitas da EDP que passam de 61.000 para 150.000 contos nos mesmos anos. E é um continuar de hiper-inflacionamento das receitas correntes na maioria das rubricas, quando, neste campo, se poderiam orçamentar verbas com alguma dose de aproximação à realidade.

Também as despesas correntes incompreensível e substancialmente aumentadas, tornando-se um perigo de gestão pois, desta forma, escapam ao controlo da autorização, na medida em que esta fica dada com a aprovação do documento. Aumentam as despesas com o pessoal em mais de 20%, a aquisição de serviços em mais de 40%, consumos de secretaria, publicidade e telefones em mais de 100%. Porquê, Sr. Presidente? E, caso curioso, a que se deve a cabimentação de 150.000 contos em dotação provisional das despesas em "Órgãos da Autarquia"? É para o folclore do próximo ano eleitoral?

Nas receitas de capital o Orçamento para 2001 manda-nos para uma receita de 4.131.715 contos, quando o Sector Público Administrativo nos vai dar 627.357 contos. Aqui a megalomania do Sr. Presidente da Câmara orçamenta uma enormidade de receitas a obras que poderam ser comparticipadas pelo Governo Central, quando forem elaborados os respectivos protocolos, que já deveriam estar assinados para poderem vir a ser orçamentados e a maioria ainda não foi. Sabemos até que alguns dos programas, como o PLUS e o INTERREG III, só disponibilizarão verbas lá para o



último trimestre de 2001, portanto aproveitar o orçamento deste mesmo ano. Pela informação de que dispomos, o Sr. Presidente orçamentou para Montalegre verbas de alguns fundos que, quando forem libertadas, equivalem aos montantes a disponibilizar para os quase seis Municípios do Alto Tâmega. Mas tudo faz falta para justificar os 5.897.000 contos de despesa.

Nas despesas de investimento continuamos a ver mais de 15 obras que se andam a arrastar palos últimos 5 Planos e Orçamentos. Permanece a tática de alimentar expectativas às populações, o que se torna grave na medida em que a atitude é deliberada.

Sr. Presidente, então as verbas enquadradas no Programa Operacional do Norte não estão já definidas nos seus montantes e períodos de libertação? Como é possível orçamentar já para o próximo ano a verba de 789.122 contos? E no Programa de Economia, 150.000? E no da Cultura, 100.000? E no do Desporto, 190.000? E no da Planeamento, 300.000?

Por mais capacidade de endividamento que a Câmara demonstre possuir, a verdade é que o Município de Montalegre com a aprovação deste Orçamento ficará com uma dívida Bancária de 1.310.000 contos, que vai hipotecar o futuro dos nossos filhos e netos, pois esta Câmara contrai empréstimos a prazo tão longos que não vai pagar e não paga os que herdou, pois renegociou a forma de pagamento para os próximos 15/20 anos. Este procedimento não é honesto.

Desta forma, Sr. Presidente, é possível iludir as populações e criar-lhe expectativas de obras importantes para o Concelho. Oxalá pudéssemos vir a gastar tanto dinheiro em obras estruturantes e nos enganássemos na apreciação feita. De qualquer forma a nossa previsão baseada na experiência de outros anos e na informação que temos, teria ficar espelhada nesta discussão.

Mas não vamos ser obstáculo à realização das obras para que aponta o Plano para 2001, caso o Governo Central disponibilize as verbas agora anunciadas. Por isso o Plano e Orçamento vai ter a nossa abstenção, com a promessa de responsabilizarmos a Câmara Socialista na apreciação da respectiva conta de gerência, se viermos a ter razão."

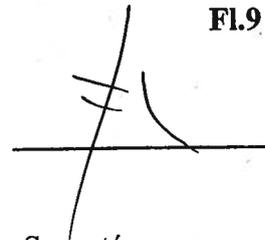
O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração de voto:

"O Senhor Vereador Cascais fez uma análise do Plano estabelecendo comparações sem qualquer sentido numa autêntica manipulação dos números.

A análise global pode dizer-se que se resume à crítica pela crítica e à confirmação da falta de estratégia do PSD para a nossa terra. Isto para além da ausência do espírito ambicioso e vencedor para o concelho. Uma pobreza porque se limita a criticar as ideias, as ambições e estratégias da Câmara, sem apresentar uma única proposta ou sugestão.

Acha que é tudo grande, tudo é desmedido, como que o concelho não precisasse ou não merecesse aquilo que propomos.

É verdade que o Plano está empolado. Só que o Sr. Vereador esquece que o Plano não é um "instrumento de realização" é um "instrumento de planificação". E é sempre normal estabelecer-se um quadro de acções até ao limite das nossas possibilidades. Criticável seria o contrário. Para além disso, decidimos atribuir às obras



o seu valor de realização o que evitará reforços ao longo do ano. Se optássemos por abrir obras com verbas simbólicas e ir reforçando com o lançamento e andamento dos trabalhos diria a oposição nesta altura que esse dinheiro era pouco e não dava para nada, como já fez noutras ocasiões.

Quero referir ao Vereador Cascais que a definição das várias vertentes do Museu de Barroso contempla o aproveitamento do nosso imaginário. E temos que reconhecer que o congresso de Medicina Popular, como outras iniciativas, conseguiram sucesso pelo apelo ao imaginário das pessoas. E é já um interesse para o concelho a institucionalização das sextas-feiras 13. Há já um grande interesse económico com esta iniciativa e lamento que o Senhor Vereador Cascais venha criticar a ideia de termos um espaço no museu dedicado a esta área quando este tema foi reconhecido de grande importância por técnicos de turismo. E quando se sabe que muitos concelhos gostariam de poder beneficiar da promoção e de todo o proveito que este tema traz a Montalegre. Mas não admira que digam mal desta ideia como dizem do Congresso de Medicina, como dizem da pista e como já disseram da Feira do Fumeiro, da Rotunda da Pipela ou do Monumento à chega de Bois. Só que o tempo não lhes dá razão!!!

As etar's e os saneamentos e a água em alta serão tratados pelas empresas que estão a ser constituídas, o que vem ajudar ao reforço das nossas possibilidades já que verbas que iriam para esses investimentos podem ser canalizadas para outras iniciativas.

Quero referir ao Sr. Vereador que o Plano é verdadeiro, que não se trata de um mero instrumento de planeamento anual. O Sr. Vereador distraiu-se e não viu que o Plano é plurianual e que define claramente obras para 2001, obras que têm continuidade em 2002 e ainda obras que terão de continuar em 2003.

As receitas da sisa vão aumentar pela previsão de aumento de negócios imobiliários. A derrama e as rendas da EDP podem alterar-se profundamente no próximo ano. Temos uma luta de muitos anos com a EDP mas estamos perto de ganhar. É credível pensar que haverá um aumento significativo já em 2001.

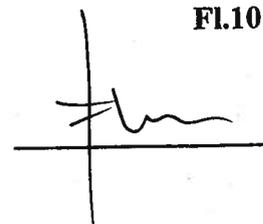
As despesas com pessoal não têm aumentos especiais. Não vai haver aumento significativo de pessoal. Apenas alguns funcionários que estão a prazo passarão ao quadro e há, por isso, um reforço de uma rubrica mas isso irá provocar diminuição noutra. Isto para além do normal aumento e da progressão nas carreiras.

A dotação provisional, contrariamente ao que pensa o Vereador Cascais, não é para despesas dos órgãos da autarquia. Isto é uma verba que serve para aumentar despesas correntes ou mesmo para aumentar dotações de obras.

Quero dizer ao Vereador Cascais que tem que referir a despesa em telefones ao analisar a conta de gerência e não agora. Mas já lhe digo que não vou fazer a operação de telefones, nem instalar microfones... mas já que temos telefones nas escolas, Internet, aumento de serviços telemóveis nos principais serviços, temos que os pagar e contar com um ligeiro aumento destas despesas.

Quero dizer finalmente ao Vereador Cascais que o ano anterior não foi o do início do III QCA como estava previsto. Ora, o que isso provocou foi uma concentração de obras e por isso de financiamento em 2001.

Quero assegurar que o concurso da "variante ao Rolo" está feito e a obra já está adjudicada, a "rede viária I" já está adjudicada, a "II" já está concursada, a "rede



viária III" e "IV" vai a concurso muito em breve. O "Procom I" está em publicação no Diário da República e vai já para concurso o "Procom II". A recuperação das margens do Rio Cávado em Montalegre vai a concurso no início de 2001 e o Parque de Exposições como o Pavilhão Multiusos, Auditório, Cinema, pavilhão Gimnodesportivo e o tratamento e reabilitação de toda a zona vai a concurso na primeira fase do ano de 2001. Isto é muito para vocês. Mas é necessário, e nós vamos fazer.

Satisfaz-me, finalmente, ver o Sr. Cascais reconhecer que fizemos muitas obras e ao mesmo tempo reconhecer que temos mais recursos financeiros que anteriormente.

Isto é uma constatação feliz, porque as obras são tantas que ninguém quer correr o risco de ser cego. E como não há argumentos diz-se que isso é porque a Câmara tem muito mais dinheiro. Pois, também é verdade, e felicito o Vereador Cascais por reconhecer isso, e, de forma implícita, reconhecer que o governo Socialista deu-nos muito mais dinheiro que o anterior governo PSD.

E como se reconhece isso também tem de se reconhecer que a propalada dívida aumentou mas como aumentou a receita na mesma proporção a percentagem de endividamento mantém-se nos 33% pelo que poderemos, folgadoamente, pensar em novos empréstimos, a juro bonificado, para potenciarmos o melhor aproveitamento dos Fundos Comunitários. Os Vereadores do PSD não querem, porque não gostam que a gente faça obras e que se faça o desenvolvimento acelerado do Concelho.

Senhores Vereadores

Para concluir.

O Plano de Actividades que se apresenta contempla grandes iniciativas e um montante financeiro inédito.

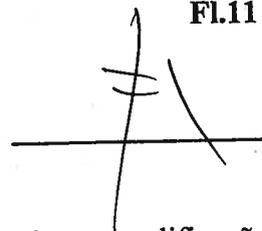
Este Plano inclui algumas obras iniciadas e já aprovadas pelos Fundos Comunitários mas ainda não financiadas. Prevê já as grandes iniciativas que fazem parte do quadro de desenvolvimento mais amplo do concelho para os próximos anos. Trata-se, efectivamente, não de um Plano anual, mas de uma previsão plurianual como determina a Lei.

E no início do III QCA não podíamos deixar espelhar no Plano as nossas ambições e o trabalho de projecto e planeamento que tem vindo a ser desenvolvido.

As obras que se incluem, para além das pequenas mas numerosas intervenções em arruamentos, águas e caminhos, das iniciativas na educação, na cultura, de promoção no apoio a instituições de solidariedade, são investimentos necessários que vão permitir uma mudança ainda mais acelerada relativamente às transformações que ultimamente se verificam no concelho.

A nossa aposta continua a ser ousada, mas a expectativa de financiamento pelo III QCA tem que ser aproveitada pelo Município para concluirmos essa transformação histórica que se vem verificando ao nível das infra-estruturas sócio-económicas e culturais no nosso concelho.

As nossas diligências e o trabalho determinado permite-nos termos a contínua ambição de realizarmos este Plano nos próximos anos e de muito brevemente dotarmos o concelho de Montalegre de um Parque de Exposições e um rede viária totalmente remodelada a nível interno e com ligação à rede de auto-estradas nacional. O Parque de Exposições será uma referência não só do concelho, mas da região.



Também a zona de lazer do rio Cávado proporcionará a requalificação urbana e paisagística de um dos mais belos locais do concelho de Montalegre.

A vila de Montalegre está em obras de beneficiação das suas ruas, mas o "Procom" permitirá uma intervenção de modernização de todas as infra-estruturas e arranjos urbanísticos em todas as ruas da vila.

E todas estas obras vão arrancar em breve.

A Intervenção em Salto, o projecto do Ecomuseu de Barroso e do Parque Temático das Minas da Borralha, o Centro Rural das Alturas, o Museu de Barroso e todas as suas vertentes, a ampliação do Parque de Campismo de Penedones, a melhoria das infra-estruturas na área do PNPG, são áreas que vão ser aprofundadas e para as quais procuraremos os melhores apoios durante o ano para se realizarem na primeira fase de vigência do III QCA.

Exige-se nos próximos anos grande capacidade de trabalho, visão estratégica, determinação e muito esforço financeiro para realizarmos as obras que referimos e para continuarmos o investimento na educação, no desporto, no turismo, na cultura, nos lares de idosos, nos quartéis de bombeiros, para aumentarmos o nosso esforço na habitação social e para cumprirmos com o fornecimento de água de qualidade, para alargarmos a rede de saneamento básico, para apoiarmos o sector agrícola e para continuarmos a implementar medidas de informação e divulgação da nossa terra e das nossas potencialidades, construindo um concelho que todos desejamos.

O Plano que apresentamos é um marco histórico!

Nunca houve tanta obra planeada!

Nunca houve tantas perspectivas de desenvolvimentos!

Mas também aos responsáveis pela elaboração deste Plano não falta energia e ambição para conseguirem esses meios e levarmos a cabo, no nosso concelho, os maiores e mais profundos investimentos da história da nossa terra.

Por isso deve merecer o acordo de todos."

## **TESOURARIA**

### **Resumo Diário da Tesouraria**

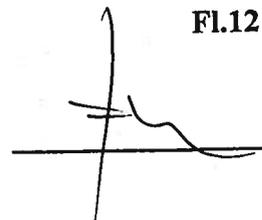
Foi apresentado o resumo diário de tesouraria respeitante ao dia vinte e sete de Novembro do ano dois mil, o qual aponta para um total de disponibilidades de Esc.109.565.436\$00 (cento e nove milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis escudos).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

## **DUSU - DIVISÃO DE URBANISMO S. URBANOS**

### **GESTÃO URBANÍSTICA**

### **Licenciamento e Registos Diversos**



### **Informação**

Foi apresentada a informação nº 22 referente às decisões tomadas no âmbito do licenciamento e registos diversos (Obras particulares, Utilizações, Contratos de Água e Saneamento).

A Câmara Municipal tomou conhecimento

### **Informações Prévias**

#### **Proc. nº 66/00**

Ana Maria Oliveira Gil, residente em Meixide, solicita a construção de armazém e estábulo, na localidade de Meixide, Freguesia de Meixide deste Concelho de Montalegre.

#### **DELIBERACÃO:**

Deferida, por unanimidade, a pretensão nos termos da informação técnica da D.U.S.U.

#### **Proc. nº 69/98**

#### **Alteração ao PDM para conhecimento**

A Câmara municipal tomou conhecimento da nova redacção do artigo 44º do PDM.

#### **Operação de Loteamento**

#### **Proc. nº 14/99 - Loteamento do Prado**

Foi apresentado o processo em que é promotor João António Gonçalves André.

#### **DELIBERACÃO:**

Aprovado, por maioria, o loteamento do Prado (Proc. nº 14/99) nos termos da informação da DUSU.

Votaram contra os Senhores Vereadores António Cascais, Adelino Bernardo e Luis Pereira.

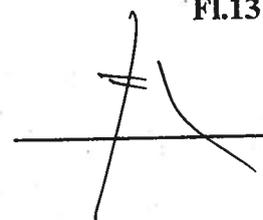
Saiu da reunião, neste momento, o Senhor Vereador António Cascais, eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos.

### **Regulamentos**

#### **Alteração do Regulamento Municipal de Abertura de Estabelecimentos**

Proposta: Aprovar a alteração nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal de Abertura de Estabelecimentos.

#### **DELIBERACÃO:** .



Aprovada, por unanimidade, a proposta de Alteração ao Regulamento e submeter este assunto, nos termos da Lei, à Assembleia Municipal.

**Alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Montalegre**

Proposta: Aprovar a alteração do Regulamento do Cemitério Municipal de Montalegre.

**DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a proposta de alteração do Regulamento e submeter este assunto, nos termos da Lei, à Assembleia Municipal.

**DSC-DIVISÃO SÓCIO CULTURAL**

**Accção Social Escolar**  
**Cantina da Escola da Borralha**  
**Renovação do Protocolo**

PROPOSTA: Aprovação de renovação do protocolo.

**DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a proposta.

**Transportes Escolares**

PROPOSTA: Transportes escolares

- a) Rectificação do circuito XLI - Covelães/Paredes Rio/Paradela/Outeiro;
- b) Circuito Brandim/Pisões

**DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a proposta.

**Cultura/Desporto/Recreio**  
**Actividade Teatral**  
**Renovação de Protocolo - Filandorra**

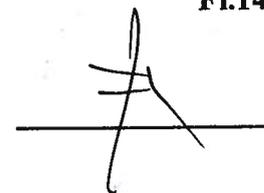
PROPOSTA: Aprovação de renovação do protocolo.

**DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a proposta

**Grupo Desportivo e Cultural de Salto**  
**Infraestruturas desportivas e meios de transporte**  
**Subsídio**

PROPOSTA: Atribuição de um subsídio de 2.750.000\$00 (dois milhões, setecentos e



cinquenta mil escudos) para obras e 1.500.000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos) para uma viatura de nove lugares.

**DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por unanimidade, a proposta.

**Outros**  
**Junta de Freguesia de Vilar de Perdizes**  
**Bois do Povo**  
**Subsídio**

PROPOSTA: Atribuição de um subsídio.

Por indicação do Senhor Presidente este assunto ficou pendente para a próxima reunião.

**Jornadas Internacionais de Animação de Trás-os-Montes**  
**UTAD/Polo de Chaves**

PROPOSTA: Atribuição de um subsídio

Por indicação do Senhor Presidente este assunto ficou pendente para a próxima reunião.

**Associação Nacional dos Criadores de Gado de Raça Barrosã**  
**Subsídio**

PROPOSTA: Atribuição de subsídio na importância de 152.250\$00 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta escudos).

**DELIBERAÇÃO:**

Aprovada, por maioria, a proposta.

Absteve-se o Senhor Vereador Luis Pereira.

**Encerramento da reunião.**  
**Aprovação da Acta em Minuta**

E não havendo mais nada a tratar e quando eram dezanove horas e quinze minutos, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, aprovada em minuta nos termos e para os efeitos consignados no nº 3, do artigo 92 da Lei 169/99, de dezoito de Setembro, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, António Joaquim Gonçalves Dinis, que a redigi, mandei lavrar e subscrevo.

